

A EMANCIPAÇÃO DE PESSOAS CEGAS E O PRECONCEITO PRESENTE NA VISÃO ACERCA DE DEFICIENTES VISUAIS: ESTUDO SOBRE O TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO MORCEGOS EM AÇÃO NA CIDADE DE UBAJARA – CE.

Maria Clara Prado Vasconcelos; Italo Jorge Souza da Silva; Vanessa Cunha Santiago; Francisca Lilian Silva; Bruna Clézia Madeira Neri.

Universidade Federal do Ceará, Email: claraprado2@gmail.com
Universidade Federal do Ceará, Email: talo.souza89@gmail.com
Universidade Federal do Ceará, Email: vanessacunhasantiago@gmail.com
Universidade Federal do Ceará, Email: fcaliliansilva@gmail.com
Universidade Federal do Ceará, Email: brunaclezia@gmail.com

Resumo do artigo: O presente trabalho se propõe a discutir a importância da articulação política e social da Associação Morcegos em Ação na busca por independência de pessoas cegas na região norte do Ceará. O objetivo do trabalho é compreender a relevância das ações feitas pelo grupo e analisar o papel da Psicologia Social na produção de caminhos para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência. O empoderamento de pessoas com deficiência visual é um processo muito importante para possibilitar uma vida autônoma e completamente diferente dos estereótipos relacionados à deficiência. A Associação Morcegos em Ação, por sua vez, está localizada na cidade de Ubajara, no Ceará, mais especificamente no Sítio Moitinga, zona rural, que possui cerca de 30.000 habitantes. O grupo atende jovens de várias cidades do estado, fazendo um importante trabalho na vida dessas pessoas. É um espaço articulado por pessoas com deficiência visual e voltado para elas. Lá oferecem formação para que seus membros possam lidar com a deficiência de modo libertador. Possuem a Escola Preparatória para Crianças e Jovens com Deficiência Visual, em que desenvolvem atividades que visam ensinar essas crianças e jovens, além do Sistema Braille, comunicação em inglês e português, bases da matemática, uso de bengala em ambientes conhecidos e estratégias para orientação em novo ambiente, atividades da vida diária adequadas à idade das crianças (como higiene pessoal, compras, tarefas domésticas, etc.), esporte, artes, música e outros meios criativos para desenvolver a autoconfiança e expressão das crianças, atividades para desenvolver a compreensão e aceitação da deficiência visual como desafio positivo e para enfrentar atitudes sociais negativas. Desse modo, este trabalho foi realizado enquanto intervenção psicossocial da disciplina de Psicologia Política e Movimentos Sociais. Utilizou-se como ferramentas de pesquisa a entrevista semiestruturada e a observação participante. As questões iniciais eram: 1) os moradores do município sabem da existência de um grupo articulado de pessoas com deficiência visual? e 2) qual a perspectiva deles sobre a realidade das pessoas cegas em Ubajara? Assim, intervenção foi feita no centro comercial da cidade local de maior movimentação - vendando voluntários sem deficiência visual e colocando-os para serem guiados por pessoas cegas. Foram feitas algumas perguntas aos transeuntes sem deficiência visual sobre a vida de uma pessoa que não enxerga e, como resposta, apareceram noções negativas, de dependência e dificuldade. Foi produzido, dessa forma, um minidocumentário para expor o resultado. Por fim, através da intervenção, foi possível perceber que uma pessoa com deficiência visual desenvolve outros meios - que ficam claros em suas falas - de lidar com a vida doméstica e em sociedade, não implicando em dependência ou incapacidade, ainda que culturalmente haja discriminação e depreciações.

Palavras-chave: Deficiência Visual; Psicologia Social; Preconceito; Independência para Cegos; Inclusão Social.



INTRODUÇÃO

De acordo com informações do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no ano de 2010, no município de Ubajara, 56 pessoas afirmaram não enxergar de modo algum e outras 1251 pessoas afirmaram ter grande dificuldade para enxergar. Percebemos que existe um número expressivo de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência visual e compreender como a população age em relação a essa população demonstra ser de extrema importância. O primeiro grande marco na conquista de direitos pela população cega no mundo foi a criação da primeira instituição para cegos, no ano de 1784, em Paris. Era chamado de Instituto Real dos Jovens Cegos e foi criada por Valentin Hauy. De acordo com Tureck (2003), os objetivos iniciais do instituto eram voltados para o trabalho, mas sete anos depois foi transformado em uma instituição pública com caráter de escola. Já no Brasil, foi a criação do Imperial Instituto para Meninos Cegos, em 1854, no Rio de Janeiro, que marcou o início da educação voltada para cegos. Atualmente, ele é denominado Instituto Benjamin Constant. (TURECK, 2003). Em 1975, a ONU aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi de grande importância para a luta pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Entre os direitos assegurados pelo documento, cabe ressaltarmos aqui alguns deles que dizem respeito à garantia da qualidade de vida e que visam o máximo possível a independência dessas pessoas. São eles:

- 3 As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível. [...]
- 5 As pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornaremse tão autoconfiantes quanto possível. $[\ldots]$
- 7 As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos.
- 8 As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social.

De acordo com Brummer, Pavei e Mocelim (2004, p. 303), até a década de 1980, a legislação brasileira sobre os direitos das pessoas com deficiência tinha um caráter assistencialista e paternalista. No caso dos deficientes visuais, era centralizada no asseguro do ensino em Braille e na adaptação social e reabilitação. Esse fato acaba desresponsabilizando os órgãos responsáveis à adaptação do meio à pessoa



e, assim, fazem com que a própria pessoa com deficiência seja responsável por adaptar-se a si mesma ao ambiente social inadequado. Essa concepção ia à contramão do que propunha a Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência (1975), proposto pela ONU.

Já a legislação brasileira atual, que diz respeito às pessoas com deficiência, possui um caráter voltado à integração destes indivíduos, seguindo o que é proposto pelos Movimentos de Direitos Humanos, pela ONU e por outros órgãos que lutam pela causa. Assim, a inclusão social proposta deve envolver as esferas culturais, socioeconômicas e políticas. (BRUMER, PAVEI E MACELIM, 2004, p.304). Com isto, percebemos os esforços, ainda que lentos, no mundo e no Brasil para melhoraria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

O presente trabalho, desse modo, visa apresentar o papel da Associação Morcegos em Ação (Bats in Accion), composta por um grupo de pessoas cegas, que atua no Sítio Moitinga, zona rural de Ubajara, cidade do interior do Ceará que possui cerca de 30.000 habitantes. A associação possui a Escola Preparatória para Crianças e Jovens com Deficiência Visual. Buscamos mostrar aqui a importância e efetividade do trabalho da associação no preparo de crianças e jovens deficientes visuais para uma vida independente. Além disto, analisamos a percepção de alguns moradores do município sobre a existência da associação e de como a vida de uma pessoa com deficiência visual é compreendida por quem enxerga.

A ASSOCIAÇÃO MORCEGOS EM AÇÃO.

A Associação Morcegos em Ação fica localizada no Sítio Moitinga, no município de Ubajara, interior do Ceará. A associação foi fundada na cidade de Sobral, Ceará, no ano de 2013, mas foi transferida para Ubajara no ano seguinte. O grupo possui uma sede onde funciona a Escola Preparatória para Crianças e Jovens com Deficiência Visual e um alojamento, onde as pessoas que vem de outra cidade para estudar na Escola Preparatória ficam hospedadas enquanto concluem a formação.

O grupo acolhe pessoas de várias cidades do Ceará e não se sabe dizer com precisão quantas pessoas são acolhidas na Escola, visto que depende do módulo que a pessoa irá estudar. Algumas ficam por uma semana, outras por alguns meses, a depender a disponibilidade e necessidade de cada um.

A Escola Preparatória para Crianças e Jovens com Deficiência Visual desenvolve suas atividades no contraturno da escola regular, em



que seus alunos devem estar também matriculados. O curso completo dura cerca de dois anos e ocorre em cooperação com a escola regular. De acordo com as informações contidas no site¹ da associação, na Escola Preparatória, além do ensino do Sistema Braille com e sem o uso do computador, os alunos também são preparados em matérias como bases da matemática, comunicação em inglês e português, orientação e mobilidade com o uso da bengala em ambientes conhecidos e estratégias para orientação em ambientes novos, Atividades da Vida Diária adequadas à idade da criança (higiene pessoal, comer, tarefas em casa, compras, etc), esporte, artes, música e outros meios criativos para desenvolver a autoconfiança e expressão das crianças, atividades para desenvolver a compreensão e aceitação da deficiência visual como desafio positivo e para enfrentar atitudes negativas.

Após a preparação na escola da associação, os alunos devem estar aptos a se integrar na escola regular e não depender mais de atendimento especial. Além das atividades com os alunos, a Escola Preparatória também busca sensibilizar a comunidade por meio de atividades específicas, a fim de provocar uma mudança de atitudes sobre a deficiência visual.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, partimos do pressuposto de que a estrutura atual das cidades do interior dificulta ainda mais a locomoção de pessoas cegas e, assim, nos propomos a realizar uma ação que envolvesse pessoas cegas e pessoas que enxergam. As pessoas que enxergam estariam com os olhos vendados e seriam guiadas pelas pessoas cegas, membros da associação. Antes e depois de realizarmos a ação, fizemos algumas perguntas para os voluntários que enxergam no que diz respeito à sua perspectiva sobre a situação das pessoas com deficiência visual. Nosso objetivo era conscientizar, por meio daquele experimento, que, apesar das dificuldades estruturais, uma pessoa cega pode, sim, ter sua independência, mesmo em um local totalmente despreparado para recebê-la.

De acordo com Araújo, "a acessibilidade é um ambiente que deve oferecer segurança e autonomia a qualquer pessoa que o utilize, independentemente de suas limitações – deficiências sensoriais ou motoras." (2006, p. 23). Por isso, nos preocupamos com a sensibilização das pessoas para que compreendam que a falta de acessibilidade diz respeito não apenas a pessoas com deficiência, mas sim a toda a população.

1

¹ Disponível no endereço eletrônico: http://morcegosemacao.org.br/pt/home-2/



A ação foi filmada e produzimos um minidocumentário, em que mostramos o sítio onde a associação possui sede, parte da entrevista com a fundadora da Morcegos em Ação, o trajeto dos membros da associação para pegar um transporte público para chegar ao centro de Ubajara e a intervenção com voluntários.

Utilizamos também a técnica de entrevista semiestruturada com a fundadora do projeto. Nesse sentido, a entrevista se mostrou adequada porque ela:

nas suas diversas aplicações, é uma técnica de interação social, interpenetração informativa, capaz de quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em seus mais diversos usos das Ciências Humanas, constitui-se sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano. (MIGUEL, 2010)

Os dados coletados com a fundadora do projeto dizem respeito ao histórico da Morcegos em Ação, sobre como se dá a receptividade da comunidade em relação ao projeto, como se faz a busca por novos membros e quais as principais atividades realizadas pelo grupo. De acordo com Minayo (2001, p.57), através da entrevista podemos colher dados objetivos e subjetivos e ainda encontrar informações importantes na fala dos atores sociais; assim, conseguimos obter dados objetivos acerca do funcionamento do projeto e subjetivos como a percepção da entrevistada acerca das impressões de terceiros sobre as ações desenvolvidas pelo grupo.

Outra técnica também utilizada na elaboração da intervenção foi a de observação participante. Segundo Minayo (2001, p. 59), esta técnica é realizada "através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos". Assim, o pesquisador se torna parte do contexto de observações e estabelece uma relação face a face com os fenômenos observados. Com isto, ele pode modificar e ser modificado pelo contexto pesquisado (MINAYO, 2001, p.59). Ainda segundo a autora,

a importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (MINAYO, 2001, p.60)

Com isso, conseguimos captar informações que iam além da fala das pessoas que conversamos durante a ação. Podemos exemplificar com a atitude da funcionária de uma loja que se prontificou a retirar um banner de divulgação do estabelecimento que estava na calçada e funcionava como um obstáculo para a passagem. Percebemos, neste ato, que as pessoas só se dão conta dos objetos que dificultam a locomoção



de pessoas com deficiência visual quando estas estão presentes.

A ação ocorreu da seguinte forma: fomos até o centro de Ubajara, foram escolhidos três membros da associação para guiar as pessoas vendadas. Ao chegar ao local da intervenção, como eram alunas não tão experientes, elas fizeram um reconhecimento de todo o percurso. Em seguida, nós perguntávamos para as pessoas que passavam se elas gostariam de participar do experimento. Quando concordavam, nós perguntávamos sua perspectiva sobre a vida de uma pessoa cega e se elas achavam que uma pessoa que não enxerga conseguiria fazer o percurso proposto sozinha. Na volta do experimento, perguntamos como se sentiram ao serem guiados por alguém com deficiência visual e se algo da sua perspectiva sobre a vida das pessoas que não enxergam havia mudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao conversar e observar as pessoas que já são membros da Associação há algum tempo, logo se percebe que elas possuem independência para fazer praticamente tudo, incluindo a locomoção a pé e através de transporte público, cozinham e fazem atividades rotineiras que qualquer pessoa sem deficiência desenvolve todos os dias, sem precisar de ajuda. Isso tudo diz respeito aos ensinamentos que recebem na Escola Preparatória para Crianças e Jovens com Deficiência Visual. O alojamento que eles moram durante o período que estão estudando não possui nenhuma adaptação para pessoas que não enxergam, o que mostra que eles não precisam de tratamentos especiais para ter sua independência, desenvolvem meios de interagir com a realidade de forma diferente das pessoas que enxergam, usando outros mediadores (a audição, o tato, uma bengala, a memória espacial, etc.).

A fundadora da Associação nos falou que muitas vezes o que se coloca como dificuldade para tornar o cego independente pode ser a família. Ou a família super protetora, que acredita que o cego precisa estar protegido das dificuldades do mundo ou a família que se aproveita do benefício salarial que a pessoa com deficiência visual recebe, já que a pessoa que não é independente, que não sai de casa, "que passa o dia deitado numa rede", não precisa de dinheiro. A partir do momento que eles conquistam a independência, eles fazem questão deste dinheiro para lazer, para comprar celular, para se locomover, etc., e a família perde uma renda extra.

Um dos pontos fundamentais do grupo está em trabalhar o empoderamento desses indivíduos. Fatores como a autoconfiança são

(83) 3322.3222

www.joinbr.com.br



facilmente percebidos na fala e nas ações dos membros do grupo. Quando afirmamos que muitas vezes nós, que não temos contato com alguém cego no dia-a-dia, temos medo de falar algo que os ofenda, um dos membros nos respondeu que a ofensa está muito ligada àqueles indivíduos com deficiência que ainda não são independentes socialmente. Na escola preparatória eles aprendem a aceitar e a lidar com o fato de serem cegos. A fundadora nos deu um exemplo bem didático desta relação: "se alguém diz para você alguma característica sua como 'você é alto', você não se ofende. Por que eu me ofenderia se alguém dissesse que sou cega?".

Quando perguntamos as impressões das pessoas voluntárias da intervenção sobre como elas imaginam que seja a vida de uma pessoa que não enxerga, estava muito presente a visão negativa da deficiência. Em todos, apareceu a opinião de que deve ser uma vida muito difícil, e, quando questionados se achavam que era possível uma pessoa cega atravessar o quarteirão comercial sozinha, as respostas se resumiam a "impossível", "muito difícil", etc. Após a participação, continuaram com a visão negativa, afirmando que é muito ruim andar sem ver, que é impossível viver assim. Entretanto, algo que nos parece não ter ficado claro para eles foi o fato de que eles foram guiados por uma pessoa que não enxerga e que isso foi totalmente possível. Essa dimensão do guiador cego parece ter passado despercebida na experiência. É perceptível, assim, que as respostas negativas dizem respeito à visão enraizada na nossa sociedade de que deficiência é algo incapacitante. Como deixam claro Brumer, Pavei e Mocelim:

as noções de "saúde", "doença", "normalidade", "anormalidade", "eficiência", "deficiência", entre tantas outras, são construções histórico-sociais. A palavra deficiência, definida pelo dicionário da língua portuguesa como falta ou carência, pode dar a ideia de incapacidade. (2004, p. 307)

Assim, a falta de aproximação entre as pessoas, associada ao reforço da linguagem é que perpetuam esse tipo de pensamento. Deve ser feito um trabalho estrutural, que mexa nas bases da cultura acerca do pensamento sobre deficiência, a fim de amenizar esse tipo de associação negativa sobre a vida das pessoas com deficiência.

Um resultado positivo dessa intervenção foi a divulgação da Associação Morcegos em Ação no município. As pessoas voluntárias não conheciam o projeto, além de outras pessoas que assistiam o experimento e que, no final, vieram nos parabenizar pela iniciativa – quando, na verdade, quem merece o reconhecimento são as pessoas à frente do projeto. As pessoas que colocaram obstáculos na calçada (placas de lojas, material de construção, bicicletas, entre outros) e que viram a

(83) 3322.3222 contato@joinbr.com.br



intervenção, certamente repensarão se colocarão novamente os objetos em local de passagem, ainda que, pelo que presenciamos, as pessoas cegas, que tiveram instrução e formação específica nesse sentido e se apropriaram do local em que moram, sabem se locomover sozinhas, independentemente da adaptação fornecida nos espaços públicos da cidade, pois conseguem identificar os obstáculos no caminho e lidar com eles de forma positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Associação Morcegos em Ação desenvolve trabalhos de grande relevância para a autonomia e independência de pessoas com deficiência visual. Isso ocorre especialmente por estar localizada no interior, onde pessoas com deficiências possuem muito menos visibilidade e a acessibilidade é ainda mais reduzida do que em grandes cidades por falta de fiscalização. Suas ações são de extrema importância para o empoderamento e a construção de uma vida mais livre para pessoas cegas, que, a partir do contato e com a formação dentro da instituição, passam a realizar atividades do dia a dia apesar dos obstáculos. A autoconfiança é bastante trabalhada para que em nenhum momento duvidem de sua capacidade ou fiquem dependentes de alguma forma de adaptação para que possam prosseguir com sua vida e realizar suas atividades. Percebemos que é um local de luta e de conquistas de espaços que normalmente são negados a esses indivíduos.

Com a intervenção, como dito acima, percebemos uma necessidade de educação estrutural no que diz respeito ao entendimento da população com relação à pessoa com deficiência e, nesse caso, a deficiência visual. A mudança deve partir, também, da própria cidade, ao fiscalizar calçadas e lonas e tornar o trânsito mais acessível, entre outras ações efetivas.

A competência de realizar tarefas parece estar intimamente atrelada à capacidade de enxergar e isso gera uma série de preconceitos e depreciações que, de outro modo, não são combatidas, antes, são reiteradas e mantidas estruturalmente pela comodidade que é não lidar com o diferente, causando constrangimento e sofrimento ao deficiente. Desse modo, é papel da sociedade tratar do tema de forma ética, visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rosineide Gomes de. **Acessibilidade aos espaços urbanos**: uma dimensão psicológica. 2006. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em:

http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=231360&idtema=92&search=ce ara|ubajara|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-pessoas-com-deficiencia--> Acessado em 03 de julho de 2017.

BRUMER, Anita; PAVEI, Katiuci; MOCELIN, Daniel Gustavo. **Saindo da "escuridão":** perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. Sociologias, Porto Alegre, n. 11, p. 300-327, jun. 2004. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222004000100013 &lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 03 julho de 2017

FRANCO, João Roberto; DIAS, TR da S. A educação de pessoas cegas no Brasil. Avesso do Avesso, v. 5, n. 5, p. 74-82, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIGUEL, Fernanda Valim Côrtes. **A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada**. Revista Odisseia. N ° 5 jan – jun 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/viewFile/2029/1464> Acessado em: 23 de janeiro de 2017.

MORCEGOS EM AÇAO: Independência para cegos. Disponível em: http://morcegosemacao.org.br/pt/home-2/>. Acessado em 10 de setembro de 2017.

ONU. **Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes**. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. 09 dez 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf Acessado em 14 de setembro de 2017.

ROSA, Enio Rodrigues da; DUTRA, Martinha Clarete. **Pessoas Cegas**: trabalho, história, educação e organização no Brasil. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/E/Enio%20rodrigues%20da%20rosa.pdf. Acessado em 31 de maio de 2017.

TURECK, Lucia Terezinha Zanato. **Deficiência, educação e possibilidades de sucesso escolar**: um estudo de alunos com deficiência visual. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2003.

VASSEUR, Fernanda Costa; NORA, Paula. **A Percepção dos Deficientes Visuais em Atrativos Turísticos: O** caso da Igreja de São Pelegrino. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/a_percepcao_dos_deficientes.pdf> Acessado em 31 de maio de 2017.